

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	69
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.087
Preferenciais	25.465
Total	38.552
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	243.347	244.962	249.703
1.01	Ativo Circulante	138.239	127.653	125.556
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.466	14.895	13.420
1.01.01.01	Disponibilidades	9.466	14.895	13.420
1.01.03	Contas a Receber	87.898	65.211	59.032
1.01.03.01	Clientes	48.850	65.211	59.032
1.01.03.01.01	Clientes	48.850	65.211	59.032
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.048	0	0
1.01.03.02.01	Venda de marcas a receber	39.048	0	0
1.01.04	Estoques	31.228	36.208	39.925
1.01.06	Tributos a Recuperar	511	1.703	1.965
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	511	1.703	1.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	303	5.743	5.758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.833	3.893	5.456
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	8.833	3.893	5.456
1.01.08.01.01	Demais Contas a Receber	8.833	3.893	5.456
1.02	Ativo Não Circulante	105.108	117.309	124.147
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.878	34.769	37.253
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	605	546
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	605	546
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	24.966	29.669	28.370
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	24.966	29.669	28.370
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.912	4.495	8.337
1.02.01.09.03	Demais Contas a Receber	724	566	544
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.188	3.482	2.859
1.02.01.09.05	Despesas Pagas Antecipadamente	0	447	4.934
1.02.02	Investimentos	43.953	42.798	41.831
1.02.02.01	Participações Societárias	43.953	42.798	41.831
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	43.687	42.482	40.684

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	266	316	1.147
1.02.03	Imobilizado	30.873	33.511	38.113
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.873	33.511	38.113
1.02.04	Intangível	1.404	6.231	6.950
1.02.04.01	Intangíveis	1.404	6.231	6.950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	243.347	244.962	249.703
2.01	Passivo Circulante	189.014	136.663	104.388
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.907	6.813	5.209
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.907	6.813	5.209
2.01.02	Fornecedores	25.186	30.795	18.073
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.472	16.894	16.238
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.714	13.901	1.835
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.775	5.571	8.593
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.775	5.571	8.593
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.775	5.571	8.593
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	122.329	87.313	64.386
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116.698	82.997	59.827
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	116.698	65.665	48.428
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	17.332	11.399
2.01.04.02	Debêntures	5.631	4.316	4.559
2.01.05	Outras Obrigações	10.817	6.171	8.127
2.01.05.02	Outros	10.817	6.171	8.127
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	10.817	6.171	8.127
2.02	Passivo Não Circulante	53.626	77.771	127.591
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.681	36.441	63.819
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.681	36.441	60.096
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.681	36.441	53.284
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	6.812
2.02.01.02	Debêntures	0	0	3.723
2.02.02	Outras Obrigações	6.514	9.418	27.523
2.02.02.02	Outros	6.514	9.418	27.523
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	6.514	9.418	27.523
2.02.04	Provisões	26.892	28.373	32.710
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.951	1.214	2.708

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.951	1.214	2.708
2.02.04.02	Outras Provisões	23.941	27.159	30.002
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	23.044	26.792	30.002
2.02.04.02.05	Outras	897	367	0
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	3.539	3.539	3.539
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	3.539	3.539	3.539
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	3.539	3.539	3.539
2.03	Patrimônio Líquido	707	30.528	17.724
2.03.01	Capital Social Realizado	35.636	35.636	35.636
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-37.532	-4.286	-18.272
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.603	-822	360

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	209.560	229.206	229.740
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-131.249	-135.815	-136.927
3.03	Resultado Bruto	78.311	93.391	92.813
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.032	-55.962	-72.661
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.795	-68.936	-81.521
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.053	-21.988	-24.780
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	32.365	29.262	46.777
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-9.790
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.451	5.700	-3.347
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.279	37.429	20.152
3.06	Resultado Financeiro	-56.729	-23.443	-19.821
3.06.01	Receitas Financeiras	12.995	7.289	8.929
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.724	-30.732	-28.750
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.450	13.986	331
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.450	13.986	331
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-27.450	13.986	331
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,71203	0,36279	0,00086
3.99.01.02	PN	-0,74270	0,36279	0,00086

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-27.450	13.986	331
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.425	-822	360
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.025	13.164	691

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.819	5.244	15.642
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.096	23.546	3.387
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	-27.450	13.986	331
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	-1.451	-5.700	3.347
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	15.026	12.721	16.825
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	9.226	7.655	8.845
6.01.01.06	Outros	8.745	-5.116	-3.878
6.01.01.08	Valor Justo na Capitalização em Controlada	0	0	-22.083
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.396	-7.032	23.314
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-16.361	-6.179	3.122
6.01.02.02	Estoques	-4.980	3.717	12.660
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-1.192	262	-1.063
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-5.887	4.502	-8.846
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-504	1.540	2.068
6.01.02.06	Fornecedores	5.944	12.722	2.578
6.01.02.08	Tributos a Recolher	4.300	-21.127	4.227
6.01.02.09	Provisões Diversas	-4.138	-2.118	-653
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	-2.834	-351	9.221
6.01.02.11	Venda de Marcas a Receber	39.048	0	0
6.01.03	Outros	-19.311	-11.270	-11.059
6.01.03.01	Juros Pagos	-19.311	-11.270	-11.059
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.760	-1.562	-10.153
6.02.01	Adições e Baixas de Imobilizado (líquidas)	2.629	-2.151	-2.491
6.02.02	Adições e Baixas de Intangível (líquidas)	-869	-183	-1.979
6.02.03	Aplicações Financeiras Mantidas Até o Vencimentos	0	-59	-46
6.02.04	Adições ao Investimento em Controladas	0	831	-5.637
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.370	-2.207	-6.778
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	120.257	117.189	76.053
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	-125.627	143.332	276.708

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos de Terceiros	0	-123.091	-84.245
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos de Partes Relacionadas	0	-139.637	-278.590
6.03.05	Aumento Capital	0	0	3.296
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.429	1.475	-1.289
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.895	13.420	14.709
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.466	14.895	13.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.246	3.425	-29.821
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.450	0	-27.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.796	3.425	-2.371
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.425	3.425
5.05.02.06	Partes Relacionadas	0	0	0	-5.796	0	-5.796
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-37.532	2.603	707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-18.272	360	17.724
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-18.272	360	17.724
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.986	-1.182	12.804
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.986	-1.182	12.804
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.340	0	0	-20.200	1.757	13.897
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	0	0	-20.200	1.757	13.897
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.296	0	0	1.597	0	4.893
5.04.01	Aumentos de Capital	3.296	0	0	0	0	3.296
5.04.08	Reversão da Destinação de Dividendos - Nota 24 (f)	0	0	0	1.597	0	1.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	331	-1.397	-1.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	331	0	331
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.397	-1.397
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.397	-1.397
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	20.732	-20.732	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-20.732	20.732	0	0
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-18.272	360	17.724

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	283.426	297.500	298.579
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	242.413	264.398	262.961
7.01.02	Outras Receitas	42.752	35.125	35.737
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.739	-2.023	-119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-156.931	-157.771	-172.046
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-131.249	-135.815	-137.614
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.682	-21.956	-34.432
7.03	Valor Adicionado Bruto	126.495	139.729	126.533
7.04	Retenções	-9.227	-7.655	-8.845
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.227	-7.655	-8.845
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117.268	132.074	117.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.446	12.989	5.572
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.451	5.700	-3.347
7.06.02	Receitas Financeiras	12.995	7.289	8.929
7.06.03	Outros	0	0	-10
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.714	145.063	123.260
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.714	145.063	123.260
7.08.01	Pessoal	53.844	55.753	52.779
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.163	37.231	34.072
7.08.01.02	Benefícios	17.567	14.905	15.380
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.114	3.617	3.327
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.854	42.642	39.884
7.08.02.01	Federais	24.318	33.206	32.947
7.08.02.02	Estaduais	8.536	9.436	6.937
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.466	32.682	30.266
7.08.03.01	Juros	69.724	30.732	28.750
7.08.03.02	Aluguéis	2.742	1.950	1.516
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-27.450	13.986	331
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.450	13.986	331

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	267.560	271.780	269.370
1.01	Ativo Circulante	180.155	172.092	180.518
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.858	18.258	23.370
1.01.01.01	Disponibilidades	10.858	18.258	23.370
1.01.03	Contas a Receber	97.790	74.820	68.640
1.01.03.01	Clientes	58.742	74.820	68.640
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.048	0	0
1.01.03.02.01	Venda de Marca a Receber	39.048	0	0
1.01.04	Estoques	51.993	59.479	57.920
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.281	5.490	6.275
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.281	5.490	6.275
1.01.07	Despesas Antecipadas	382	5.756	5.787
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.851	8.289	18.526
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	14.851	8.289	18.526
1.01.08.01.01	Demais Contas a Receber	14.851	8.289	18.526
1.02	Ativo Não Circulante	87.405	99.688	88.852
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.186	26.030	8.893
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	605	546
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	605	546
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.186	25.425	8.347
1.02.01.09.03	Demais Contas a Receber	21.981	21.480	544
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.205	3.498	2.869
1.02.01.09.05	Despesas Pagas Antecipadamente	0	447	4.934
1.02.02	Investimentos	266	316	1.147
1.02.02.01	Participações Societárias	266	316	1.147
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	266	316	1.147
1.02.03	Imobilizado	60.091	67.035	71.804
1.02.04	Intangível	1.862	6.307	7.008
1.02.04.01	Intangíveis	1.862	6.307	7.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	267.560	271.780	269.370
2.01	Passivo Circulante	238.865	165.089	130.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.684	7.360	5.856
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.684	7.360	5.856
2.01.02	Fornecedores	33.841	30.726	15.881
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.903	25.835	12.804
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	8.938	4.891	3.077
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.162	8.720	9.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.162	8.720	9.282
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.162	8.720	9.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	137.598	109.569	91.064
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	131.967	105.253	86.505
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	116.698	83.776	71.548
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.269	21.477	14.957
2.01.04.02	Debêntures	5.631	4.316	4.559
2.01.05	Outras Obrigações	11.580	8.714	8.654
2.01.05.02	Outros	11.580	8.714	8.654
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	11.580	8.714	8.654
2.02	Passivo Não Circulante	29.061	75.956	120.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.681	42.682	72.608
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.681	42.682	68.885
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.681	36.441	53.304
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	6.241	15.581
2.02.01.02	Debêntures	0	0	3.723
2.02.02	Outras Obrigações	5.780	28.476	41.965
2.02.02.02	Outros	5.780	28.476	41.965
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	5.780	28.476	41.965
2.02.04	Provisões	2.951	1.213	2.708
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.951	1.213	2.708

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.01.06	Provisões para Contingências	2.951	1.213	2.708
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	3.649	3.585	3.567
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	3.649	3.585	3.567
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	3.649	3.585	3.567
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-366	30.735	17.785
2.03.01	Capital Social Realizado	35.636	35.636	35.636
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-37.532	-4.286	-18.272
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.603	-822	360
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-1.073	207	61

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	285.919	283.864	283.287
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.381	-160.528	-167.655
3.03	Resultado Bruto	115.538	123.336	115.632
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.884	-77.808	-87.836
3.04.01	Despesas com Vendas	-73.006	-81.158	-97.937
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.003	-27.601	-28.976
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.125	30.951	54.567
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-15.490
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.654	45.528	27.796
3.06	Resultado Financeiro	-60.499	-31.401	-27.532
3.06.01	Receitas Financeiras	16.874	8.938	9.167
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.373	-40.339	-36.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.845	14.127	264
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.260	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.105	14.127	264
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	655	-141	67
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	655	-141	67
3.10.01.20	Participações de Acionistas Não Controladores	655	-141	67
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-27.450	13.986	331
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-28.105	14.127	264
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	655	-141	67
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,36278	0,36279	0,00086
3.99.01.02	PN	0,36278	0,36279	0,00086

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-27.450	13.986	-29
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.425	-822	360
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-24.025	13.164	331
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-24.006	13.305	264
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-19	-141	67

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.413	2.827	11.345
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.280	44.378	15.652
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	-27.450	13.986	331
6.01.01.03	Juros, Variações Cambiais e Monetárias, liquidas	66.021	23.102	30.096
6.01.01.04	Valor Justo na Capitalização em Controlada	0	0	-22.083
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	10.954	8.471	9.753
6.01.01.06	Outros	-12.245	-1.181	-2.445
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.514	-12.883	11.612
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-16.078	-6.180	-9.271
6.01.02.02	Estoques	-7.486	-1.559	14.917
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-1.209	785	-484
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-5.821	4.518	-8.870
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	6.165	-10.699	220
6.01.02.06	Fornecedores	3.115	14.845	1.880
6.01.02.08	Tributos a Recolher	-12.732	-14.051	4.487
6.01.02.09	Provisões Diversas	1.737	-2.123	-972
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	-13.253	1.581	9.705
6.01.02.11	Venda de Marcas a Receber	39.048	0	0
6.01.03	Outros	-28.353	-28.668	-15.919
6.01.03.01	Juros Pagos	-28.353	-28.668	-15.919
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-434	-2.229	-4.722
6.02.01	Adições de Imobilizado	54	-2.732	-2.522
6.02.02	Adições de Intangível	-488	-269	-2.134
6.02.03	Aplicações Financeiras Mantidas Até o Vencimento	0	-59	-46
6.02.04	Adições ao investimento em controladas	0	831	-20
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.379	-5.710	-6.529
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	123.073	118.189	92.306
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	-130.665	-124.044	0
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos de Terceiros	0	0	-101.966

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.03.04	Participações dos Acionistas não Controladores em Controladas	-1.787	145	-165
6.03.05	Aumento de Capital	0	0	3.296
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.400	-5.112	94
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.258	23.370	23.276
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.858	18.258	23.370

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528	206	30.734
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528	206	30.734
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.246	3.425	-29.821	-1.279	-31.100
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.450	0	-27.450	0	-27.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.796	3.425	-2.371	-1.279	-3.650
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.425	3.425	0	0
5.05.02.06	Partes Relacionadas	0	0	0	-5.796	0	-5.796	0	0
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-37.532	2.603	707	-1.073	-366

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-18.272	360	17.724	61	17.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-18.272	360	17.724	61	17.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.986	-1.182	12.804	145	12.949
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.986	0	13.986	0	13.986
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.182	-1.182	145	-1.037
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-4.286	-822	30.528	206	30.734

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.340	0	0	-20.200	1.757	13.897	226	14.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	0	0	-20.200	1.757	13.897	226	14.123
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.296	0	0	1.597	0	4.893	0	4.893
5.04.01	Aumentos de Capital	3.296	0	0	0	0	3.296	0	3.296
5.04.08	Reversão da Destinação de Dividendos - Nota 24 (f)	0	0	0	1.597	0	1.597	0	1.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	331	-1.397	-1.066	-165	-1.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	331	0	331	0	331
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.397	-1.397	-165	-1.562
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.397	-1.397	0	-1.397
5.05.02.06	Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-165	-165
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	20.732	-20.732	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-20.732	20.732	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-18.272	360	17.724	61	17.785

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	353.855	353.342	352.642
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	317.422	320.053	317.040
7.01.02	Outras Receitas	38.566	35.346	36.133
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.133	-2.057	-531
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-224.648	-197.945	-219.317
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-170.381	-160.528	-168.006
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.267	-37.417	-51.311
7.03	Valor Adicionado Bruto	129.207	155.397	133.325
7.04	Retenções	-10.954	-8.471	-9.753
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.954	-8.471	-9.753
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.253	146.926	123.572
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.874	8.936	9.158
7.06.02	Receitas Financeiras	16.874	8.936	9.167
7.06.03	Outros	0	0	-9
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.127	155.862	132.730
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	135.127	155.862	132.730
7.08.01	Pessoal	52.075	56.138	53.637
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.163	37.416	34.642
7.08.01.02	Benefícios	15.798	15.065	15.559
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.114	3.657	3.436
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.502	43.301	40.241
7.08.02.01	Federais	21.960	32.993	32.045
7.08.02.02	Estaduais	9.542	10.308	8.196
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	79.655	42.296	38.588
7.08.03.01	Juros	77.373	40.339	36.699
7.08.03.02	Aluguéis	2.282	1.957	1.889
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.105	14.127	331
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.450	14.127	331
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-655	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.05	Outros	0	0	-67



Relatório da Administração 2015

São Paulo, 25 de maio de 2016 – A CAMBUCI (BM&FBOVESPA: CAMB4), divulga o resultado acumulado em 31 de dezembro de 2015. As informações são apresentadas de forma consolidada em *IFRS – International Financial Reporting Standards*. As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e as comparações referem-se ao acumulado de 2014.

1. Destaques Financeiros 4T15 e 12M15

Indicadores de Resultados Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Receita Líquida	40,9	71,5	-42,8%	285,9	283,9	0,7%
Lucro Bruto	14,3	30,8	-53,6%	115,5	123,3	-6,3%
Margem Bruta	34,9%	43,0%	-18,8%	40,4%	43,4%	-7,0%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	30,7	27,3	12,8%	109,0	107,8	1,1%
EBITDA	24,2	4,5	436,9%	45,6	53,8	-15,2%
Margem EBITDA	59,1%	6,2%	853,0%	16,0%	19,0%	-15,8%
EBITDA sem eventos não recorrentes	-13,5	7,5	-281,2%	7,9	40,8	-80,6%
Margem EBITDA sem eventos não recorrentes	-33,1%	10,5%	-415,0%	2,8%	14,4%	-80,7%
Lucro Líquido/Prejuízo	-1,0	-6,3	-83,4%	-27,4	14,0	-296,3%

- ✓ A Receita Líquida do 4T15 foi de 40,9 MM, recuo de 42,8% comparado ao 4T14. Em 12M15 houve **crescimento de 0,7%** em relação ao mesmo período de 2014;
- ✓ O Lucro Bruto do 4T15 foi de 14,3 MM com Margem Bruta de 34,9%. Em 12M15 foi de 115,5 MM, **recuo de 6,3% comparado aos 12M14;**
- ✓ As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas aumentaram 12,8% no 4T15, em comparação ao 4T14, e **aumentaram 1,1%** em 12M15 comparado aos 12M14;
- ✓ O EBITDA do 4T15, sem os eventos não recorrentes, foi de -13,5 MM e de 7,9 MM em 12M15 comparado a 40,8 MM em 12M14;
- ✓ A Margem EBITDA no trimestre foi de -33,1% e 2,8% em 12M15 excluindo-se os eventos não recorrentes;
- ✓ O prejuízo do trimestre foi de 1 MM, e o acumulado em 12M15 foi de 27,4MM, fortemente impactado pela queda nas vendas no último trimestre, aumentos de custos, aumento das despesas operacionais e das despesas financeiras;

2. Comentários da Administração

2015 foi um ano bastante instável para economia brasileira, começou com uma forte desvalorização da moeda frente ao dólar, um aumento na taxa básica de juros de 11,75 para 14,25%, numa tentativa do banco central de conter a inflação que, ainda assim, ficou acima dos 10%, a maior desde 2002. O aumento na taxa de desemprego e a queda na renda do trabalhador consolidaram o conhecido cenário de desaceleração que marcou história e encerrou o ano com queda de 3,8% do PIB.

Além dos efeitos negativos para a economia, tivemos ainda a crise política no Governo Federal e o rebaixamento da nota do país pela agência de classificação de risco Standard & Poor's, que retirou o nosso grau de investimento, que constitui um grande retrocesso para país frente a comunidade internacional.

No Setor Varejista houve retração de 4,3%, a maior queda já registrada pelo IBGE desde que iniciou a série em 2001, assim como no setor industrial onde a queda foi ainda maior, de 8,3%, resultado que foi fortemente impactado pelo setor automotivo, apesar da queda generalizada nos 26 ramos de atividade avaliados pelo IBGE.

Diante do cenário desafiador que marcou o ano de 2015 a companhia se deparou com a necessidade de promover grandes transformações. Encerramos nossas atividades no Paraguai, onde os custos de mão de obra da fábrica de concepções sofreram grande



pressão em função da variação cambial entre Guarani e Real, o que inviabilizou a continuidade da produção na planta. A produção foi transferida para a fábrica da Bahia, onde já funcionou anteriormente.

A nacionalização das principais matérias primas importadas foi intensificada a partir de setembro de 2015, de modo a reduzir o efeito da desvalorização do real frente ao dólar e, até o primeiro trimestre de 2016 praticamente 90% das matérias primas serão nacionalizadas, impactando positivamente os custos de produção.

A maior parte das bolas importadas também foi substituídas pelas de produção nacional, e até meados de 2016 100% das nossas bolas serão produzidas no Brasil.

Os trabalhos para aumento do volume de exportações estão em andamento, com resultados esperados para meados de 2016 em diante.

A Receita líquida cresceu 0,7%, impulsionada principalmente pelo aumento de 39,7% na receita das empresas controladas (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai), comparado ao mesmo período de 2014. No Brasil a receita líquida apresentou queda de 8,6%, acompanhando desempenho do setor industrial segundo os indicadores do IBGE.

O resultado financeiro líquido no 4T15 foi de 20,7 MM, e de 60,5 MM em 12M15, com aumento de 29,1 MM comparado ao mesmo período de 2014, resultado impactado principalmene pelo aumento da taxa de juros e desvalorização do Real frente ao dólar no decorrer do ano

A Companhia está trabalhando fortemente na reestruturação e alongamento do seu endividamento, assessorada por empresa especializada em reestruturação financeira, no processo de re-equacionamento de suas dívidas financeiras de curto prazo, visando adequar os desembolsos à sua geração de caixa, melhoria do capital de giro, redução das despesas financeiras e consequente melhora dos resultados.

O orçamento de 2016 foi elaborado com orientação rigorosa no controle de despesas, refletindo assim uma redução de 27% nas despesas operacionais quando comparado a 2015.

Continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, na alocação criteriosa dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento sólido e consistente nos mercados de atuação.

3. Desempenho Financeiro

3.1 Receita Líquida

Indicadores de Resultados Consolidado R\$ Milhões	4T			12M		
	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Receita Líquida	40,9	71,5	-42,8%	285,9	283,9	0,7%

A Receita Líquida do 4T15 foi de 40,9 MM, 42,8% abaixo quando comparado ao 4T14. Em 12M15 o **crescimento foi de 0,7%**;

Registramos uma queda da Receita líquida no trimestre de 42,82%, quando comparado ao mesmo período de 2014, a retração no consumo das famílias teve um papel preponderante no resultado do 4T15, fortemente influenciada pelo cenário político do país.



3.2 Lucro Bruto

Indicadores de Resultados Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Lucro Bruto	14,3	30,8	-53,6%	115,5	123,3	-6,3%
<i>% da receita líquida</i>	34,9%	43,0%	-18,8%	40,4%	43,4%	-7,0%

O Lucro Bruto do 4T15 foi de 14,3 MM com Margem Bruta de 34,9%. Em 12M15 foi de 115,5 MM.;

O percentual do Lucro Bruto do trimestre ficou 18,8% abaixo quando comparado ao mesmo período de 2014, fortemente impactado pela venda de produtos fora de linha.

Os custos foram negativamente impactados no ano pelo aumento da inflação nas matérias primas, mão de obra e gastos gerais de fabricação,

3.3 Despesas com Vendas, G&A e Outras Receitas (Despesas)

Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Despesas com vendas	16,3	20,3	-19,7%	73,0	80,2	-9,0%
<i>% da receita líquida</i>	39,9%	28,3%	40,9%	25,5%	28,3%	-9,6%

a) Despesas com Vendas

No 4T15 houve uma redução de 19,7 % e, nos 12 meses houve redução de 9%, comparado ao mesmo período de 2014.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Despesas Gerais & Adm.	14,4	7,0	107,4%	36,0	27,6	30,4%
<i>% da Receita Líquida</i>	35,3%	9,7%	262,8%	12,6%	9,7%	29,5%

O aumento no 4T15 foi em função de gastos pontuais com serviços de terceiros, consultorias e outros gastos administrativos nas coligadas.

c) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas



Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Outras Receitas (desp.) Líquidas	35,3	-0,9	-4022,8%	28,1	31,0	-9,1%
<i>% da Receita Líquida</i>	86,3%	-1,3%	-6963,6%	9,8%	10,9%	-9,8%

No 4T15 houve eventos não recorrentes de 37,7 MM referente a venda de ativos.

3.4 Resultado Financeiro

As Receitas Financeiras do 4T15 registraram aumento de 1,5 MM comparado ao mesmo período de 2014, em função da variação cambial na controladora e filiais.

As Despesas Financeiras do 4T15 registraram aumento de 13,4 MM comparado ao 4T14. Em 12M15 o aumento foi de 37,1 MM comparado ao mesmo período de 2014, impactados por aumento dos juros sobre empréstimos, juros sobre impostos e fornecedores, despesas bancárias e variação cambial.

Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	12M15	12M14
Receitas Financeiras				
Descontos Obtidos	0,0	0,4	0,9	1,8
Variação Cambial	3,1	2,6	12,3	6,2
Juros recebidos	0,4	0,2	1,1	1,0
Outras receitas	1,3	-	2,6	-
Total	4,7	3,2	16,9	8,9
Despesas Financeiras				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(8,0)	(4,6)	(33,4)	(23,1)
Variação cambial	(2,8)	(2,2)	(14,8)	(6,0)
Outras despesas	(14,7)	(5,3)	(29,2)	(11,2)
Total	(25,5)	(12,1)	(77,4)	(40,3)
Resultado Financeiro Líquido	(20,7)	(8,9)	(60,5)	(31,4)

3.5 EBITDA

Consolidado (R\$ Milhões)	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Lucro Líquido	-1,0	-6,3	-83,4%	-27,4	14,0	-296,3%
(+) Depreciações e Amortizações	5,3	1,8	192,3%	11,0	8,5	29,3%
(+/-) Resultado Financeiro	20,7	8,9	132,0%	60,5	31,4	92,7%
(+/-) Atribuível aos acionistas não controladores	-0,4	0,0	-6263,3%	-0,7	0,1	-564,6%
(+/-) IR/CS	-0,4	0,0	0,0%	2,3	0,0	0,0%
EBTIDA	24,2	4,5	441,6%	45,6	54,0	-15,5%
Eventos não Recorrentes	-37,7	3,0	-1356,2%	-37,7	-13,0	189,9%
EBTIDA	-13,5	7,5	-281,2%	7,9	40,8	-80,6%
Receita Líquida	40,9	71,5	-42,8%	285,9	283,9	0,7%
Margem EBTIDA (%) sem eventos não recorrentes	-33,1%	10,5%	-415,0%	2,8%	14,4%	-80,7%

O EBITDA do 4T15 excluindo os eventos não recorrentes de venda de ativos foi de -13,5 MM.

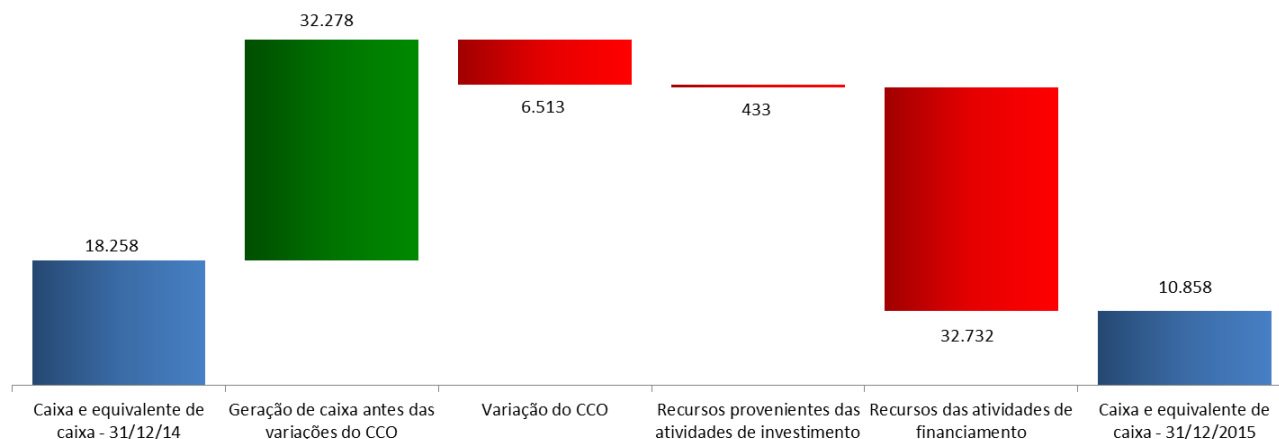
**CAMBUCI S.A**

Em 12M15 o EBITDA foi de 45,6 MM e 54,0 MM em 12M14. Excluindo-se os eventos não recorrentes o EBITDA foi de 7,9 MM em 12M15 e 40,8 MM em 12M14, com margens de 2,8% e 14,4% respectivamente.



3.6 Fluxo de Caixa

No quatro trimestre de 2015, fechamos com o saldo de caixa em 10,9 MM, contra 18,3 MM em Dez/2014.



3.7 Dívida Líquida

A Companhia encerrou o ano com dívida líquida de 137,8 MM, uma umento de 8,1 MM em relação ao mesmo período de 2014, sendo que principais razões foram a diminuição da oferta de crédito e disponibilidades de novos empréstimos e o aumento dos juros no período.

A Companhia continua trabalhando fortemente na estruturação de operações para alongar o prazo de endividamento, e redução do custo da dívida.

Empréstimos e financiamentos	dez/15	Consolidado dez/14
	2014	-
2015	-	105.253
2016	131.967	28.249
2017	3.817	6.404
2018	1.966	1.338
2019	1.956	1.338
2020	1.956	1.338
2021 em diante	6.986	4.015
Total	148.648	147.935

Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/15	Dez/14
Disponibilidades	10,9	18,3
Dívida Bruta	(148,6)	(147,9)
Dívida Líquida	(137,8)	(129,7)



3.8 Resultado Líquido -

Consolidado Resultado Líquido R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Resultado Líquido	-1,0	-6,3	-83,4%	-27,4	14,0	-296,3%
Margem Líquida	-2,6%	-8,8%	-71,0%	-9,6%	4,9%	-294,8%

A Companhia encerrou o 4T15 com Prejuízo de 1,0 MM, principalmente devido ao aumento dos custos dos produtos vendidos, despesas operacionais e despesas financeiras.

Em 12M15 o Prejuízo foi de -27,4 MM, e excluindo-se os eventos não recorrentes foi de 65,1 MM comparado a um lucro líquido de 4,2 MM em 12M14.

4 Governança Corporativa

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa, de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

A Cambuci continua mantendo o modelo de Governança Corporativa, como continuidade ao processo de reorganização administrativa e preparação para o crescimento internacional, iniciado há quatro anos e meio por meio de formulação do planejamento estratégico dos próximos anos.

A implementação do planejamento estratégico e mudanças na Direção Executiva, mencionadas anteriormente, também fazem parte do aperfeiçoamento da Governança Corporativa da Companhia, visando uma potencial migração para o segmento de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado “Nível 1”.

5 Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia declara que não contratou outros serviços da SAX Auditores Independentes, além daqueles relacionados à auditoria externa, durante o ano de 2015. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações anuais da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, e são parte das demonstrações anuais auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.



6 Declaração da Diretoria

Em conformidade às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/09, declaramos que a Diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina, Uruguai, Chile. As unidades da Espanha e do Paraguai estão com suas atividades paralisadas.

Em 2015, a retração da economia se acentuou principalmente devido à crise política no Governo Federal, gerando instabilidade do mercado local e internacional em relação ao Brasil, com destaque para o aumento do desemprego, piora dos indicadores econômicos e redução das linhas de crédito e capital de giro em todos os setores, cenário este que auxiliou o descasamento do capital circulante líquido da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2015, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, consolidados, no montante de R\$ 58.711, principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Administração da Companhia, assessorada por empresa especializada em reestruturação financeira, vem trabalhando de forma contínua em um processo de alongamento de seu endividamento de curto prazo para longo prazo junto às instituições financeiras, visando readequar sua estrutura de capital, equilíbrio do caixa e redução do custo médio da dívida.

Venda da marca Penalty do Japão

Em dezembro de 2015 a Companhia realizou a venda da sua marca Penalty, somente no território japonês, para a empresa Winsports Co. Ltd, no montante de USD\$ 10 milhões, que representa R\$ 39 milhões.

2. Relação de entidades controladas e consolidadas

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período findo em 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. Declarações da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Não há em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de maio de 2016.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota. 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Notas. 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – Orienta sobre os critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisição de participações em negócios em conjunto de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3 (Combinação de Negócios). A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização – As alterações fornecem orientações adicionais sobre como a depreciação ou amortização de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis devem ser contabilizados. As alterações também esclarecem que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado e limita a utilização para o cálculo de amortização. A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

• IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 6 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	Dez/15	Dez/14
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	75,00	76,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda, (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Era Sports Ltda (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, da empresa e seus sócios, bem como participação em empresas não financeiras.

(ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.

(iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.

(iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.

(v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.

(vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties

Notas Explicativas

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira.

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c.) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa

Notas Explicativas

efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Notas Explicativas

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18.

o) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) *Imposto de renda e contribuição social*

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9%

Notas Explicativas

sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Os créditos fiscais diferidos referentes ao prejuízo fiscal do IR e base negativa da CSLL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado,

Notas Explicativas

mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

x) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 17.2.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

7. Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Nota	Consolidado				Total
		Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante						
Fornecedores	19	33.841				33.841
Empréstimos e financiamentos	21	-	135.784	3.922	8.942	148.648
Debêntures	22	5.631				5.631
Em 31 de Dezembro de 2015		39.472	135.784	3.922	8.942	188.120

8. Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	86	131	86	131
Bancos - conta movimento	1.991	9.479	3.383	12.842
Aplic.financeiras	7.389	5.285	7.389	5.285
	9.466	14.895	10.858	18.258

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber no mercado interno	46.062	50.732	63.505	76.088
Contas a receber no mercado externo	1.248	3.375	2.540	3.903
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(5.218)	(3.479)	(7.304)	(5.171)
	42.092	50.628	58.742	74.820
Partes Relacionadas (Nota 12)	6.758	14.583	-	-
Total	48.850	65.211	58.742	74.820

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.513	3.408	2.543	4.055
De 31 a 180 dias	2.579	4.628	4.465	5.277
A partir de 180 dias	4.593	5.808	5.155	7.105
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(5.218)	(3.479)	(7.304)	(5.171)
Total dos títulos vencidos - terceiros	3.467	10.365	4.859	11.266
Títulos a vencer - terceiros	38.626	40.263	53.883	63.554
Total da carteira de clientes - terceiros	42.092	50.628	58.742	74.820
Partes relacionadas (nota 12)	6.758	14.583	-	-
Total da carteira de clientes - terceiros	48.850	65.211	58.742	74.820

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo da PECLD no início do exercício	(3.479)	(1.812)	(5.171)	(2.260)
Adição(Perdas) do período	(4.267)	(2.077)	(4.661)	(3.321)
Baixa de títulos considerados incobráveis	2.528	410	2.528	410
Saldo da PECLD no final do exercício	(5.218)	(3.479)	(7.304)	(5.171)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

10. Venda de marcas a receber

Em 10 de dezembro de 2015 a companhia realizou a venda da marca Penalty no Japão pelo valor de USD\$10 milhões para a empresa Windports Co.,Ltd., que a partir de então, passou a exercer os direitos de uso da marca, somente no território japonês. A Winsports já atuava como distribuidor licenciado no Japão há mais de 25 anos.

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	20.343	20.974	36.182	38.026
Importação em andamento	1.651	3.251	1.651	3.407
Produtos em elaboração	1.685	1.202	1.685	1.388
Matérias-primas	6.734	10.055	10.067	15.932
Matérias-primas em trânsito	815	238	2.408	238
Material de manutenção	-	488	-	488
	31.228	36.208	51.993	59.479

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

Notas Explicativas

A Companhia tem como política avaliar mensalmente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de estoque obsoleto é de R\$ 1.273 (R\$ 1.442 em 31 de dezembro de 2014), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	(1.442)	(1.899)	(1.442)	(1.899)
Reversão (Perdas) do período	834	457	834	457
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(608)	(1.442)	(608)	(1.442)

12. Partes Relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	Controladora					
	31/12/2015				Transação no resultado de janeiro a Dezembro de 2015	
	Ativo		Passivo			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Venda de produtos	Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv.
	Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Débito com partes relacionadas		
Controladas						
	Cambuci Importadora Ltda.	4.524	-	-	-	-
	Era Sports Ltda.	65	-	-	-	-
	Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	19.568	-	-	8.840	371
	Impar Paraguay S/A	-	-	-	2.594	18.820
	Latinline	-	-	897	0	0
	Penalty Chile S/A	809	-	-	329	-
	Penalty Argentina S/A	-	-	-	2.378	-
	Total	6.758	24.966	897	14.141	19.191

Notas Explicativas

	Controladora					
	31/12/2014				Transação no resultado de janeiro a Dezembro de 2014	
	Ativo		Passivo			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Compra de matérias-primas,	
Contas a receber	Crédito com partes	Fornecedores	Débito com partes	Venda de produtos	produtos acabados, serv.	
clientes	relacionadas		relacionadas			
Controladas						
Cambuci Importadora Ltda.	-	2.812	-	-	-	-
Era Sports Ltda.	-	63	-	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	3.036	22.461	-	-	4.984	802
Latinline S/A	-	-	-	367	-	-
Impar Paraguay S/A	4.346	-	11.554	-	2.379	14.992
Penalty Chile S/A	1.554	606	-	-	429	-
Penalty Ibéria S.L	-	3.727	-	-	-	-
Penalty Argentina S/A	5.647	-	-	-	2.573	-
Total	14.583	29.669	11.554	367	10.365	15.794

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2015, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.482 (R\$ 3.229 em 31 de dezembro de 2014).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34

13. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	128	5	402	208
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	268	194	268	194
Programa de Integração Social (PIS)	5	19	5	19
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	-	615	-	615
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	2.986	1.683
Outros	110	869	619	2.771
	511	1.703	4.281	5.490

13.1 Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSSL”)

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSL	(27.450)	13.986
Adições	12.685	5.351
Resultado da equivalência patrimonial		-
Outras	12.685	5.351
Exclusões	(21.210)	(41.820)
Efeitos Tributários da adoção		
Subvenção para investimento - ICMS	(20.017)	(19.567)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.451)	(5.700)
Benefício Fiscal por Liquidação - REFIS	-	(16.062)
Outras	259	(491)
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(35.975)	(22.483)

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou no consolidado uma despesa com imposto de renda proveniente de sua controlada Penalty Argentina, no montante de R\$ 2.260. Este imposto foi calculado e contabilizado segundo as leis tributárias vigentes na Argentina que são como segue:

Base de Calculo do Imposto - Penalty Argentina	31/12/2015
Lucro no periodo antes dos Impostos	6.818
Aliquota Nominal	35%
	2.386
Saldo a recuperar de exercicios Anteriores	(126)
Total da despesa de imposto de renda	2.260

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$163.793 (R\$127.819 em 31 de dezembro 2014) e de base negativa de contribuição social é de R\$103.881 (R\$67.908 em 31 de dezembro 2014).

14. Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante)

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios com clubes de futebol, prêmios de seguros e gastos com marketing.

Notas Explicativas

Curto Prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Materiais Clube	-	2.827	-	2.827
Juros a Apropriar	123	2.523	123	2.523
Outras	180	840	259	853
	303	6.190	382	6.203
Circulante	303	5743	382	5756
Não Circulante		447	-	447

15. Demais contas a receber (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor a receber de terceiros	598	2.900	3.137	2.900
Despachante Aduaneiro	728	221	919	221
Alugueis a receber	620	613	620	613
Adiantamento Fornecedor Nacional	804	87	1.390	87
Outros	748	638	4.717	5.958
Valor Fundap a liberar (i)	-	-	19.990	19.990
Saldos vinculados	6.059		6.059	
	9.557	4.459	36.832	29.769
Circulante	8.833	3.893	14.851	8.289
Não Circulante	724	566	21.981	21.480

- (i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. Investimentos

- (a) Informações sobre as controladas

Notas Explicativas

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		do período		Patrimônio líquido	
		2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Controladora					
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(266)	2.336	(6.431)	(6.183)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(710)	(707)	28.047	28.756
Impar Paraguay S/A	96,70	(1.533)	1.482	3.991	5.044
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(313)	2.632	(16.808)	(16.636)
Latinline S/A	100,00	501	1.651	3.847	4.609
Penalty Argentina S/A	95,00	4.965	379	8.029	3.323
Penalty Chile S/A	75,00	(3.385)	85	(412)	1.427
Penalty Ibéria S.L	100,00	1.537	(2.017)	(327)	(4.308)

(b) Em 31 de dezembro de 2015, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	Saldos em 31/12/2014	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2015
Investimentos em controladas					
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	28.755	-	(710)	-	28.045
Impar Paraguay S/A	4.878	-	(1.483)	464	3.859
Latinline S/A	4.608	78	501	(1.340)	3.847
Penalty Argentina S/A	3.156	-	4.717	(246)	7.627
Penalty Chile S/A	1.085	-	(2.539)	1.763	309
	42.482	78	486	641	43.687
	-				
	Saldos em 31/12/2014	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2015
Provisão para perdas em investimentos					
Cambuci Importadora Ltda.	(6.180)	-	(265)	14	(6.431)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(16.304)	-	(307)	325	(16.286)
Penalty Ibéria S.L	(4.308)	-	1.537	2.444	(327)
	(26.792)	-	965	2.783	(23.044)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

17. Imobilizado

Notas Explicativas

	Taxa de Depreciação	dez/15			dez/14		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		Controladora					
Terreno		145	-	145	145	-	145
Edificações	2% a 4%	10.648	(5.451)	5.197	10.648	(6.547)	4.101
Maquinas e equipamentos	6,67%	49.446	(32.885)	16.562	48.548	(31.223)	17.325
Equipamentos de computação	20%	7.491	(6.792)	699	7.048	(6.509)	538
Instalações	10%	14.606	(10.680)	3.926	14.446	(8.415)	6.032
Móveis e utensílios	10%	4.125	(3.664)	461	4.134	(2.722)	1.412
Outros ativos imobilizados	10% a 25%	8.424	(7.526)	898	10.004	(8.009)	1.995
Imobilizado em andamento		2.986	-	2.986	1.964	-	1.964
Total		97.871	(66.998)	30.873	96.937	(63.425)	33.511

	Taxa de Depreciação	dez/15			dez/14		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		Consolidada					
Terreno		12.433	-	12.433	12.433	-	12.433
Edificações	2% a 4%	28.364	(6.868)	21.496	28.364	(7.255)	21.109
Maquinas e equipamentos	6,67%	49.856	(33.218)	16.638	52.680	(33.171)	19.509
Equipamentos de computação	20%	7.790	(7.040)	750	7.243	(6.621)	623
Instalações	10%	14.734	(10.710)	4.024	15.051	(8.595)	6.456
Móveis e utensílios	10%	4.688	(4.018)	670	5.005	(3.153)	1.853
Outros ativos imobilizados	10% a 25%	8.661	(7.567)	1.095	10.716	(7.885)	2.830
Imobilizado em andamento		2.986	-	2.986	2.223	-	2.223
Total		129.512	(69.421)	60.091	133.715	(66.680)	67.035

Movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora					
	Dez/2014	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	dez/15
Terreno	145	-	-	-	-	145
Edificações	4.101	-	-	-	1.096	5.197
Maquinas e equipamentos	17.325	66	-	832	(1.662)	16.562
Equipamentos de computação	538	332	(35)	146	(283)	699
Instalações	6.032	-	-	160	(3.994)	2.198
Móveis e utensílios	1.412	-	-	(9)	(942)	461
Outros ativos imobilizados	1.995	300	(1.630)	(151)	516	1.030
Imobilizado em andamento	1.964	3.595	-	(978)	-	4.582
Total	33.511	4.294	(1.665)	-	(5.269)	30.873

	Consolidada					
	Dez/2014	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	dez/15
Terreno	12.433	-	-	-	-	12.433
Edificações	21.635	-	-	-	1.096	22.731
Maquinas e equipamentos	18.844	66	-	832	(1.662)	18.080
Equipamentos de computação	313	332	(35)	146	(283)	473
Instalações	5.870	-	-	160	(5.722)	308
Móveis e utensílios	1.399	-	-	(9)	(942)	448
Outros ativos imobilizados	4.243	300	(4.205)	(151)	516	703
Imobilizado em andamento	2.297	3.595	-	(978)	-	4.914
Total	67.035	4.294	(4.240)	-	(6.997)	60.091

(i) O imobilizado em andamento refere-se, basicamente, a investimentos na linha de produção de bolas, calçados e manutenção das normas de segurança nas fábricas.

(ii) O saldo que consta na coluna de transferência é referente a valor transferido do grupo de intangível

17.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$575 (R\$550 em 31 de dezembro de 2014), contemplado na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", referente a compra de veículos e equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

17.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

Notas Explicativas

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2015	31/12/2014
Edificações	25 a 50 anos	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

17.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou provisão de impairment para os ativos da controlada Impar Paraguai no valor de R\$ 3.517, devido a paralização desta operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma avaliação através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicativos de risco de realização. O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

18. Ativo Intangível

Notas Explicativas

	Taxa de Amortização	31/12/2015			Controladora		
							Dez/15
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.116	(1.938)	178	2.116	(2.077)	39
Direito de uso de software (i)	20%	6.952	(5.958)	994	6.908	(2.106)	4.802
Outros ativos intangíveis		-	-	-	1.159	-	1.159
Intangível em andamento		232	-	232	231	-	231
Total		9.300	(7.896)	1.404	10.414	(4.183)	6.231

	Taxa de Amortização	31/12/2015			Consolidado		
							Dez/14
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.116	(1.938)	178	2.116	(2.077)	39
Direito de uso de software (i)	20%	7.416	(5.964)	1.452	8.206	(2.169)	6.037
Intangível em andamento		232	-	232	231	-	231
Total		9.764	(7.902)	1.862	10.554	(4.246)	6.307

- (i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

					Controladora
	Dez/14	Adições	Baixas	Amortizações	dez/15
Marcas e patentes	38	-	-	140	178
Direito de uso de software	5.960	45	(914)	(4.097)	994
Intangível em andamento	232	-	-	-	232
Total	6.231	45	(914)	(3.957)	1.404

					Consolidado
	Dez/14	Adições	Baixas	Amortizações	dez/15
Marcas e patentes	38	-	-	140	178
Direito de uso de software	6.037	508	(996)	(4.097)	1.452
Intangível em andamento	232	-	-	-	232
Total	6.307	508	(996)	(3.957)	1.862

19. Fornecedores

Notas Explicativas

	Controladora		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores Nacionais	21.472	16.894	24.903	25.835
Fornecedores exterior	3.714	2.347	8.938	4.891
Total de fornecedores	25.186	19.242	33.841	30.726
Fornecedores - partes relacionadas	-	11.554	-	-
Total	25.186	30.795	33.841	30.726

20. Empréstimos e Financiamentos

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI + 5,86% a.m.	114.444	56.422	114.444	57.953
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	-	-	-	16.581
BNDDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	536	25.309	536	25.309
Desenbahia - BNDDES (a)	TJLP	16.133	17.615	16.133	17.615
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m.	231	371	231	371
Leasing	1,04% a 1,24%	575	550	575	550
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.460	1.839	1.460	1.839
		133.379	102.106	133.379	120.218
Em moeda estrangeira - US\$					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	-	4.719	-	4.719
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	12.613	15.269	12.613
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	-	-	-	10.385
		-	17.332	15.269	27.717
		133.379	119.438	148.648	147.935
Passivo circulante		116.698	82.997	131.967	105.253
Passivo não circulante		16.681	36.441	16.681	42.682

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por empresa:

Notas Explicativas

	Encargos Financeiros Médios	Penalty		Total	
		Cambuci	Argentina		Chile
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI + 5,86% a.m.	114.444		114.444	
Capital de giro	Fixo 18% a.a.			-	
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	536		536	
Desenhahia - BNDES (a)	TJLP	16.133		16.133	
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	231		231	
Leasing	1,04% a 1,24%	575		575	
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.460		1.460	
		133.379	-	133.379	
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)		12.765	2.504	15.269
		-	12.765	2.504	15.269
		133.379	12.765	2.504	148.648

Termo e cronograma de amortização da dívida

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2015	2014
2014	-	-
2015	-	105.253
2016	131.967	28.249
2017	3.817	6.404
2018	1.966	1.338
2019	1.956	1.338
2020	1.956	1.338
2021 em diante	6.986	4.015
Total	148.648	147.935

Garantia

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações: R\$ 26.315 com Banco Itaú, R\$ 1.460 com BDMG, R\$ 17.751 com Banco Bradesco
- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.

Notas Explicativas

21. Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	5.631	4.316	5.631	4.316
Passivo circulante		5.631	4.316	5.631	4.316
Passivo não circulante		-	-	-	-
		5.631	4.316	5.631	4.316

22. Obrigações Trabalhistas

	Controladora		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Férias	-	5	1	169
FGTS	1.665	259	1.666	260
INSS	9.982	1.709	9.984	1.714
IRRF	784	-	784	1
Outros encargos	111	388	882	758
Pensão Alimentícia	7	4	7	4
Provisão	4.131	3.085	4.131	3.086
Rescisão Contratual	6	-	6	-
Salários	1.221	1.362	1.224	1.369
	17.907	6.812	18.684	7.361

23. Obrigações fiscais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e contribuições					
ICMS		655	262	659	272
PIS		1.674	45	1.713	68
COFINS		7.071	208	7.274	309
Outros		1.114	1.743	4.976	2.328
		10.513	2.258	14.623	2.977
Tributos parcelados					
REFIS - Lei 11.941/09		1.352	1.887	1.352	1.887
Parcelamento do ICMS	(a)	7.424	10.844	26.967	32.332
DECRETO PARCELAMENTO 772799 - ICMS			1.887	-	1.887
		8.776	12.731	28.318	34.219
		19.289	14.989	42.942	37.196
Passivo circulante		12.775	5.571	37.162	8.720
Passivo não circulante		6.514	9.418	5.780	28.476
		19.289	14.989	42.942	37.196

Notas Explicativas

(a) Parcelamentos ICMS

(a.1) PPI - Programa de parcelamento Incentivado (Controladora e Consolidado)

ICMS - São Paulo

Em 04 de julho de 2007, a Companhia optou por parcelar seus débitos de ICMS, através de opção pelo PPI, um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto 51.960.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa, que concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

(a.2) ICMS – Espírito Santo

A Companhia ingressou, em julho de 2014, no parcelamento no montante de R\$ 22.155, optando pelo pagamento em 120 parcelas, através da opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais de ICMS, para débitos ocorridos até 30 de setembro de 2013, lançado pela Lei nº 10.161 de 27 de dezembro de 2013. Este débito foi reclassificado de longo para curto prazo, tendo em vista a sua rescisão em dezembro de 2015.

(a.3) PEP – Programa de Parcelamento

PEP – ICMS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia optou pelo parcelamento, em 120 parcelas, de seu débito de ICMS, através do Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS), permitindo ao contribuinte promover a regularização dos créditos do Estado, decorrentes de débitos de ICMS, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

24. Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Viagem, Importação e Prestação de serviço	2	2	2	2
Qualidade Cliente	1.074	706	1.074	706
Frete sobre Vendas	1.547	804	1.617	804
Galacross do Brasil Ltda	3.539	3.539	3.539	3.539
Contas a pagar aos clubes e federações	3.735	1.913	3.735	1.913
Comissões a pagar	105	121	105	-
Provisões a pagar	-	-	-	-
Outros	4.354	2.625	5.156	5.335
	14.356	9.710	15.228	12.299
Circulante	10.817	6.171	11.579	8.714
Não Circulante	3.539	3.539	3.649	3.585

Notas Explicativas

25. Provisões para Contingências

Natureza	dez/15			Controladora dez/14		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhista	2.951	(1.058)	1.893	1.214	(977)
Civil	-	(2.130)	(2.130)	-	(2.505)	(2.505)
Total	2.951	(3.188)	(237)	1.214	(3.482)	(2.268)

Natureza	dez/15			Conolidado dez/14		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhista	2.951	(1.075)	1.876	1.214	(993)
Civil	-	(2.130)	(2.130)	-	(2.505)	(2.505)
Total	2.951	(3.205)	(254)	1.214	(3.498)	(2.284)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.214	-	1.214
(+) Complemento de provisão	1.907	-	1.907
(-) Pagamento de ações	(170)	-	(170)
(+/-) Reversões	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.951	-	2.951

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2015 e 2018.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos em andamento que totalizam aproximadamente R\$ 34.418 (R\$ 11.115 em 31 de dezembro de 2014) para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de perda com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão

Notas Explicativas

desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 1.540 (R\$ 939 em 31 de dezembro de 2014), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 1.975 (R\$ 2.991 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.162.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 28.741 (R\$ 7.185 em 31 de dezembro de 2014).

26. Patrimônio Líquido

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.636, representado por 38.552.249 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 13.087.267 ordinárias com direito a voto e 25.464.982 preferenciais sem direito a voto.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estão totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2015 a R\$ 0,98 por ação. O valor patrimonial nessa mesma data era R\$ 0,13 por ação.

26.2 Reserva de lucros

- **Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição pela existência de prejuízos acumulados.

- **Reserva de capital – incentivos fiscais**

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

26.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) dividendo mínimo obrigatório computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei e em igualdade de condições para todos os acionistas.

Notas Explicativas

26.4 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

26.5 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

lote de mil ações	Período de janeiro a Dezembro de 2015		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	(27.450)	(27.450)	(27.450)
Media ponderada das ações em circulação durante o período	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(0,00210)	(0,00108)	(0,00071)

lote de mil ações	Período de janeiro a Dezembro de 2014		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	13.986	13.986	13.986
Media ponderada das ações em circulação durante o período	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,001069	0,000549	0,000363

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

Notas Explicativas

27. Instrumentos financeiros

	Classificação por categoria	Nota	Controladora		Consolidado	
			Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	8	9.466	14.895	10.858	18.258
			9.466	14.895	10.858	18.258
Aplicacoes financeiras						
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento		-	605	-	605
			-	605	-	605
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	9	48.850	65.211	58.742	74.820
			48.850	65.211	58.742	74.820
Partes relacionadas						
Ativos	Empréstimos e recebíveis	12	24.966	29.669	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	12	897	11.921	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	19	25.186	33.841	33.841	33.841
			25.186	33.841	33.841	30.726
Empréstimos e financiamentos						
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	20	-	17.332	15.269	27.717
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	20	133.379	102.106	133.379	120.218
			133.379	119.438	148.648	147.935
Debêntures	Outros passivos financeiros	21	5.631	4.316	5.631	4.316
			5.631	4.316	5.631	4.316

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

(i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

(ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.

(iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Notas Explicativas

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2015, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas Explicativas

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Valor - Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	114.444	13,2386%	16,5483%	3.788	19,8579%	7.575
IPCA	1.460	10,6735%	13,3419%	39	16,0103%	78
TJLP	16.669	6,2496%	7,8120%	260	9,3744%	521
TR	231	1,7954%	2,2443%	1	2,6931%	2
Peso Argentina	12.765	0,3604	0,4505	1.150	54,0600%	2.300
Peso Chileno	2.504	0,0050	0,0063	3	0,7500%	6
Fornecedor	8.938	3,3387	4,1734	7.460	500,8050%	14.920
Clientes	1.248	3,3387	4,1734	1.042	500,8050%	2.083
Total	158.258			13.742		27.485

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2015, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2014.

28. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas brutas de vendas				
no Brasil	266.750	274.759	240.152	247.754
no exterior	5.421	7.147	99.703	90.150
	<u>272.171</u>	<u>281.906</u>	<u>339.855</u>	<u>337.904</u>
Deduções de Venda				
Tributos	(32.853)	(35.193)	(31.503)	(36.191)
Devoluções de vendas e outros	(29.758)	(17.507)	(22.433)	(17.849)
	<u>(62.611)</u>	<u>(52.700)</u>	<u>(53.936)</u>	<u>(54.040)</u>
Receita líquida de vendas	<u>209.560</u>	<u>229.206</u>	<u>285.919</u>	<u>283.864</u>

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

Notas Explicativas

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das Informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2015 e 2014, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está demonstrado no quadro abaixo:

	Nota	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	4.582	4.772
Bahia	(b)	15.435	14.795
		<u>20.017</u>	<u>19.567</u>

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Campina Grande. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Indedutíveis	(5.656)	(168)	(5.656)	(162)
Baixa Estoques Obsoletos	(1.032)	325	(1.032)	325
PIS/COFINS Lei 9.718/98	29	33	29	33
Contingencias Fiscais	(2.130)	(1.308)	(2.130)	(1.308)
Venda de Ativo Permanente e Impostos	37.127	288	37.217	288
Venda de Sucatas /Resíduos e Impostos	32	30	32	30
Receita de Alugueis	2.742	9.308	2.742	9.308
Credito de Pis e Cofins	2.933	2.242	2.933	2.242
Credito Fiscal		16.062	-	16.062
Outras Receitas/despesas liquidas	(1.679)	2.450	(6.009)	4.132
	32.366	29.262	28.126	30.950

31. Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	917	1.788	917	1.788
Varição cambial	11.040	4.519	12.325	6.168
Juros recebidos	1.038	982	1.058	982
Outras Receitas	-	-	2.574	-
	<u>12.995</u>	<u>7.289</u>	<u>16.874</u>	<u>8.938</u>
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(33.360)	(15.073)	(33.360)	(23.102)
Varição cambial	(14.830)	(4.452)	(14.830)	(6.030)
Outras despesas	(21.534)	(11.207)	(29.183)	(11.207)
	<u>(69.724)</u>	<u>(30.732)</u>	<u>(77.373)</u>	<u>(40.339)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(56.729)</u>	<u>(23.443)</u>	<u>(60.499)</u>	<u>(31.401)</u>

32. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Materia prima	69.955	72.716	90.688	85.948
Mão de obra direta	31.834	31.233	41.270	36.917
Gastos gerais de fabricação	25.962	27.884	34.052	33.648
Depreciação e Amortização	3.498	3.982	4.371	4.016
Custo dos produtos vendidos	131.249	135.815	170.381	160.528
Despesas com vendas				
Clubes	13.340	26.135	13.342	26.135
Comissões	9.427	8.489	11.043	9.935
Marketing e TradeMarketing	3.431	3.616	3.927	4.094
Fretes	9.650	10.078	13.837	13.689
Despesas com pessoal	8.467	10.385	9.479	11.331
Despesas com tecnologia da informação	154	238	154	238
Consultorias	65	125	65	125
Serviços com Terceiros	709	1.029	941	1.302
Depreciação e amortização	702	2.012	764	2.087
Outros	10.850	6.829	19.454	12.222
	56.795	68.936	73.006	81.158
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	12.784	13.754	13.819	14.606
Serviços com Terceiros	2.203	1.494	2.256	1.517
Despesas com tecnologia da informação	1.543	1.485	1.578	1.510
Consultorias	1.461	1.002	1.471	1.075
Depreciação e Amortização	5.026	1.662	5.818	2.368
Outros	3.036	2.592	11.061	6.525
	26.053	21.988	36.003	27.601

33. Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação

Notas Explicativas

similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 70,7%.
- Operações internacionais: 29,3%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Brasil	240.152	289.399
Argentina	-	41.760
Outros	99.703	6.745
Total	339.855	337.904

34. Benefícios a empregados – Stock Options

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício de 2015 foram outorgadas, aos executivos da Companhia plano de opções de ações, cujo objetivo é estimular a expansão dos negócios e oferecer, como vantagem adicional, a oportunidade de determinados profissionais tornarem-se acionistas da Companhia nos termos e condições previstos neste plano.

As características do plano outorgados foram:

	Plano 2015
Total de opções outorgadas	480.000
Preço de exercício da opção	1,90
Valor justo médio da opção	0 (zero)
Carência (em anos)	5
Vesting	(20% a.a.)
Duração da opção (em anos)	7
Carência (em anos)	2

A movimentação das opções foram como segue:

Total de opções em 31 de dezembro de 2014	480.000
Desligamentos	<u>(360.000)</u>
Total de opções em 31 de dezembro 2015	120.000

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude do *fair value* da opção ser zero.

Notas Explicativas

A Companhia calculou o *fair value* do plano de opções através do método *Black & Scholes*, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2015: R\$ 0,98 por ação

Correção do preço de opção: IPCA

Volatilidade: 1,69% a.a.

Taxa de desconto livre de risco: 12% a.a.

35. Cobertura de Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 133.862 para danos materiais e R\$ 45.222 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia

36. Eventos subsequentes

O Ceará Sporting Club o contrato foi assinado em 10/01/2014 e teria vigência de 01/05/2014 até 31/12/2016, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 26/02/2016, com encerramento previsto para 31/05/2016;

O Cruzeiro Spot Club o contrato foi assinado em 01/08/2014 e teria vigência de 01/01/2015 até 31/12/2017, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 07/04/2016, com encerramento oficial em 31/03/2016;

O Santa Cruz Futebol Clube teve o contrato renovado em 01/04/2014 e teria vigência até 31/12/2019, termino do contrato foi abreviado para 29/02/2016 mediante ao aditivo assinado em 08/04/2016.

A companhia pretende aderir ao programa de parcelamento do ICMS do Estado do Espírito Santo ,conforme estabelecido na lei 10.497 de 26/02/2016 que prorrogou o prazo , para 31 de maio de 2016, para ingresso no programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais, previsto no art. 6º, I e II da lei 10.376 de 08 de junho de 2015

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Cambuci S.A

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de março de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

Santo André, SP, 25 de maio de 2016.

SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC 2SP 024845/O-2

Alexandre Ralf Slavic

Contador CRC 1SP207032/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes Sax Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, emitido em 25 de maio de 2016, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 25 de maio de 2016.

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho

Roberto Massayuki Hara

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D e c l a r a ç ã o

Pelo presente instrumento, o Diretor Geral e os demais Diretores Estatutários da CAMBUCI S/A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Pedroso de Moraes, 153 - Pinheiros, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.088.894/0001-08, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício 2015.

São Paulo, 25 de maio de 2016.

Composição da Diretoria:

Cesar Alberto Ferreira	Diretor Presidente
Maria Aparecida Inácio da Silva	Diretora de Supply

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D e c l a r a ç ã o

Pelo presente instrumento, o Diretor Geral e os demais Diretores Estatutários da CAMBUCI S/A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na AV. Pedroso de Moraes, 153 – Pinheiros - São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.088.894/0001-08, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada referente ao exercício 2015, contidas nesse relatório.

São Paulo, 25 de maio de 2016.

Composição da Diretoria:

Cesar Alberto Ferreira Diretor Presidente

Maria Aparecida Inácio da Silva Diretor de Supply